

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal das Subprefeituras, Subprefeitura Lapa  
[cadesla@smsub.prefeitura.sp.gov.br](mailto:cadesla@smsub.prefeitura.sp.gov.br) 2024 a 2026

### Ata da reunião ordinária do Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura da Lapa, realizada no dia 18 de junho de 2025.

Às 18h30 do dia 18 de junho de 2025, na Subprefeitura Lapa, Rua Guaicurus, 1000, foi iniciada reunião ordinária do CADES Lapa. Procedeu-se à verificação de presença, constatando-se a participação dos seguintes Conselheiras e Conselheiros:

#### Representantes da Sociedade Civil Titulares:

Jupira Cauhy – **presente**  
Helena Magozo – **presente**  
Alexandra Swerts – **presente**  
Ligia Rocha – **ausência justificada**  
Néle de Azevedo – **presente**  
Caritas Basso – **presente**  
Olívia Gurjão – **presente**  
José Carlos Queiroz – ausente

#### Representantes da Sociedade Civil Suplentes:

Valdivia Passoni – ausente  
Eduardo Mello – ausente  
Alice Wey – ausente  
Umberto Sarti – ausente  
Eider Câmara – ausente  
Steven Beggs – ausente  
Leandro Gomes – ausente  
Ana Paula Foroni – ausente

#### Representantes do poder público

Presidente CADES Lapa, Subprefeito Paulo Telhada – ausente  
Subprefeitura Lapa – **presente**, Afonso Rennó  
Secretaria Verde e Meio Ambiente – **presente**, Cyra Malta  
Secretaria de Transportes – **presente**, Almir Matos  
Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social – ausente  
Secretaria de Saúde – **presente**, Anna Valeria Ayres Camurça Pradal  
Secretaria de Esportes – ausente  
Secretaria de Educação – **presente**, Fabiana di Pieri

Também estavam presentes na reunião: Marina Bragante, vereadora, Stella Vivona, Advogada Ambiental, e Fernanda Sue, assessoras da vereadora Marina Bragante, Miguel Fiorelli (pinheiros, gabinete vereador Nabil Bonduki), Giovanni Rinaldo Jr (CONSEG Lapa e CPM Lapa), Pericles Garcia Valvassori (Jornal Nosso Bairro), Claudia (Parque Continental), Ana Maria Dellossi (Parque Continental), Dimas Galindo (Rua Diana), Maria Aparecida Ribeiro (Água Branca), Natalia Felipe Dias (Vila Jaguará), Roberta Paulo (Pinheiros), Diego Gauto (Pinheiros), Vera Enderle (Perdizes), Ricardo Bressiani (Conselho Parque Villa-Lobos), Diana Estay, Associação de Moradores de Perdizes (AMORA), Debora Cassiano (Água Branca), Fabio Cabral (Consolação), Erina Neri (Alto da Lapa), Luis Flávio Lima (Perdizes), Gisele Tavares de Lisboa (Associação Barra Funda em Movimento), Delia Catullo (Vila Anglo), Inês Helena Monteiro (Barra Funda), Adriana Pierin (Vila Pompeia), Anna De Almeida (Pompeia), Ros Mari Zenha (Lapa, IPT), Marcelo de Mello Aquilino (Lapa, IPT).

Com a ausência do Subprefeito e Presidente do CADES Lapa, Sr. Paulo Telhada, a reunião foi presidida pelo Conselheiro Afonso Rennó, representante da Subprefeitura Lapa.

#### **Pauta**

**1** – Deliberação sobre as **atas** das reuniões realizadas em 16 de abril e 21 de maio de 2025; **2** – Apresentação sobre a construção do “**Mapa de Ruído da Cidade de São Paulo**”, por representantes do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); **3** – Apresentação e deliberação sobre o **Projeto Piloto de Enriquecimento Ambiental da Praça Lola Brah**, localizada na Avenida Paulo VI com Rua Petrópolis, distrito Perdizes, apresentado como projeto participativo de arborização em SVMA, de acordo com o previsto pela Portaria 124/SVMA/2024; **4** – **Informes das atividades dos Grupos de Trabalho – GTs:** 4.1 – GT Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. 4.2 – GT de Regulamentação da Lei 16.212/15 sobre Gestão Participativa de Praças; Subgrupo Comitês de Usuários/as de Praças. 4.3 – GT Arborização e Águas; Subgrupo Bacia Tiburtino/Curtume; Subgrupo Estudo e Projeto Integrado Rua Sepetiba. 4.4 – GT Mapeamento do ruído da Lapa pela ótica da incomodidade.

#### **1 – Deliberação sobre as atas das reuniões realizadas em 16 de abril e 21 maio de 2025**

Conselheira Coordenadora Adjunta Helena Magozo, pede a deliberação do conselho, que aprova as atas enviadas com antecedência, com 10 votos favoráveis das/dos Conselheiras/os Jupira Cauhy, Helena Magozo, Alexandra Swerts, Néle de Azevedo, Caritas Basso, Olivia Gurjão, Afonso Rennó, Cyra Malta, Anna Valeria Pradal, Almir Matos.

**2** – Apresentação sobre a construção do “**Mapa de Ruído da Cidade de São Paulo**”, por representantes do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), **Marcelo de Mello Aquilino** – Pesquisador do Laboratório de Conforto Ambiental, Eficiência Energética e Instalações Prediais da Unidade Técnica de Habitação e Edificações e **Ros Mari Zenha** – Pesquisadora da Unidade Técnica de Habitação e Edificações.

Conselheira Jupira Cauhy, apresentou o histórico de atividades de aprofundamento sobre o temas que envolvem poluição sonora, com a participação de representantes do CADES Lapa, no GT Mapeamento do Ruído pela Ótica da Incomodidade, e nos eventos realizados pelo IPT em parceria com o Ministério Público, com o Instituto do Legislativo Paulista (ALESP) e com a Escola do Parlamento Municipal (CMSP). Apresenta e passa a palavra para a/o representantes do IPT.

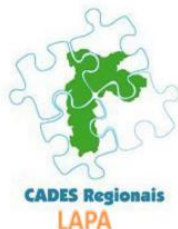
Ros Mari Zenha discorre sobre os impactos do ruído na saúde da população, considerado hoje um grave problema em todo o mundo, como indica a Organização Mundial de Saúde, e que causa transtornos e dispêndio de recursos públicos do SUS para o tratamento de uma série de doenças e distúrbios

ocasionados pela exposição ao ruído. Saúda e parabeniza a iniciativa da sociedade civil organizada, da Lapa, Água Branca, Leopoldina, movimentos que com a área de tecnologia, fez com que essa questão pudesse ser pautada e impedir que absurdos muito maiores pudessem acontecer. Entrega ao representante da Subprefeitura Lapa, Afonso Rennó, publicações institucionais, enviadas pelo Diretor do IPT para o Subprefeito Paulo Telhada.

Marcelo Aquilino, discorreu sobre os efeitos do ruído na saúde da população, demonstrando que o ruído é um agente que mata “silenciosamente”; a Organização Mundial da Saúde associa o ruído a diversas morbidades, como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, problemas renais, o excesso de ruído também está associado a baixa produtividade de trabalhadores e estudantes, problemas psicológicos, perda auditiva, dentre outras. Aborda que a união das vertentes técnica, jurídica, legislativa, social e saúde, proporciona o entendimento dos fenômenos que estão envolvidos no tema de Poluição Sonora, com a potencialização da melhoria das condições de vida da população e sinergia com a sociedade civil, o poder público, área da saúde e a área empresarial. Ressaltou que o desafio do enfrentamento da Poluição Sonora não demanda somente a produção de artigos e relatórios técnicos, mas o entendimento do assunto e desenvolvimento de soluções nas esferas executiva, legislativa e jurídica, social, empresarial, na área da saúde e na área técnica. Dando sequência, apresentou algumas das causas da poluição sonora em São Paulo, como aumento da circulação de veículos, adensamento dos espaços, aproximando fontes de ruído e receptores, atividades de lazer, aumento das atividades de produção, dentre outras. Diferenciou os termos, demonstrando que SOM é uma sensação produzida no sistema auditivo resultante de vibrações das moléculas do ar que se propagam a partir de estruturas vibrantes, que RUÍDO é o som indesejado e que BARULHO é um ruído intrusivo, destacando que o sistema auditivo e o córtex cerebral nunca desligam. Apontou as diferenças de propagação do som, que pode se dar de forma direta, mudando de direção quando passa por obstáculos (difração) e que o som pode ser refletido e a diferença entre sensação sonora e energia sonora, dando como exemplo que aumentando 10 dB, dobra-se a sensação de ruído e aumentando-se 3 dB, dobra-se a energia sonora. LAeq é o nível de pressão sonora contínuo equivalente ponderada em A, integrado em um intervalo de tempo, sendo que a ponderação A ajusta ao comportamento do ouvido humano; que se considera uma média e em uma média, admitem-se valores maiores e menores do que o valor médio, interrogando qual intervalo de tempo utilizar. Sobre como controlar a quantidade e qualidade do som, pela área técnica deve-se considerar projeto, estudos de impacto ambiental EIA-RIMA, isolamento e absorção sonora; e no âmbito da cidadania e poder público, com educação, empatia, legislação factível e fiscalização eficiente. Ressaltou que há coisas que mudam, mas outras não, que enquanto a cidade sofre alterações, o ouvido não muda. Explanou que no Brasil, a avaliação do ruído e poluição sonora, segue duas normas técnicas que estabelecem métodos e critérios gerais, como a Resolução CONAMA nº 1, de 1990, que cita as normas técnicas da ABNT NBR 10.151 – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas e NBR 10.152 – Níveis de pressão sonora aceitáveis dentro de residências e edifícios, conforme o tipo de utilização; que além dessas normas, os municípios têm sua própria legislação sobre os níveis de pressão sonora permitidos, conforme o zoneamento das cidades. Demonstrou que a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei Federal 6.938 de 1981, define como poluição a degradação da qualidade ambiental, resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população e a criação de condições adversas às atividades sociais e econômicas; e como poluidor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. Sobre incomodidade sonora, destacou que a poluição sonora não está relacionada somente ao nível do ruído, estabelecido em leis e normas, mas também à incomodidade que o ruído provoca aos habitantes, que pode existir mesmo quando os níveis de ruído estejam dentro dos parâmetros que as normas e leis estabelecem como aceitáveis. Apresentou um histórico do debate sobre esse assunto em São Paulo e que a atuação do IPT na área de acústica vem desde a década de 70,

destacando que a discussão sobre Poluição sonora se intensificou nos últimos 10 anos. Indicou que a Organização Mundial da Saúde e América Latina adotam como parâmetros de incomodidade sonora a exposição ao ruído (LAeq em dBA) que apresentam riscos para as populações, valores maiores do que 50 dBA. Na sequência, discorreu sobre a importância do mapeamento de ruído, como ferramenta para combater a poluição sonora, a partir do diagnóstico, da quantificação do ruído por meio de mapeamentos sonoros e medições e da educação para a conscientização da população sobre os malefícios da exposição a ruídos excessivos. Além disso, ter legislações factíveis, com a tecnologia trabalhando a favor e uma fiscalização eficiente. Apresentou os métodos de mapeamento sonoro, e o método que será usado na construção do Mapa de Ruído de São Paulo, baseado na Diretriz Europeia 2002/49/EC, adequando às condições de cidades brasileiras de grande porte como São Paulo. O mapa de ruído é o diagnóstico inicial, meio do qual será feito o prognóstico para promover melhoria ambiental. Apresentou como considerações finais - o Brasil possui normalização e legislação para avaliação do nível de pressão sonora de ambientes internos e externos, como as Normas ABNT NBR 10.151 e 10.152 e Leis municipais, que não são suficientes para avaliação da incomodidade sonora e os impactos na saúde, devido à complexidade das fontes geradoras de ruído; a normalização e legislação não são suficientes para avaliação da incomodidade sonora e os impactos na saúde, devido à complexidade das fontes geradoras de ruído e de métodos de avaliação que podem não ser adequados para a constatação da poluição sonora; - o projeto da cidade deve seguir diretrizes acústicas seguras além de obedecer as boas práticas de projeto acústico, o mapa de ruído é o diagnóstico que dará segurança para a gestão acústica da cidade e campanhas de conscientização são fundamentais; - o debate técnico vem sendo feito exaustivamente, porém depara-se agora com o aspecto da incomodidade sonora e saúde pública; como abordar a questão do direito ao sossego e como avaliar os impactos na saúde devido à exposição ao ruído de nossa população. Finaliza, apresentando como desafio - mitigar o ruído no meio urbano e dentro dos edifícios: controlar o ruído de veículos e melhorar a pavimentação de ruas e rodovias; melhorar a qualidade acústicas das edificações residenciais, laborais, públicas e de lazer; ter estudos de impacto ambiental/vizinhança, voltados ao ruído, para novos empreendimentos; readequar empreendimentos já existentes; - Educação ambiental: conscientizar a população desde a infância sobre os malefícios da exposição ao ruído; - Mapeamento do ruído nas cidades: determinação do ruído residual, mapeamento permanentemente atualizado; criação de legislação robusta e sistemas de fiscalização eficientes. Ros Mari Zenha acrescenta que o Mapa de Ruído é uma ferramenta para possibilitar o planejamento inteligente do território, necessidade já prevista na revisão do Plano Diretor de 2016, e que o sistema de ciência e tecnologia está à disposição da sociedade, e que tem por obrigação subsidiar políticas públicas em prol da qualidade de vida da população. Ambos se colocam a disposição do CADES Lapa e da sociedade civil organizada para contribuir nessa tema. A Vereadora Marina Bragante, também presente na apresentação, informou que está na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da CMSP e se colocou à disposição, como vereadora e como membro da comissão, para ampliar a narrativa e conectar as pessoas que sofrem com a poluição sonora. Ros Mari Zenha propõe reproduzir as palestras técnicas na CMSP, assim como recuperar toda a legislação que trata de ruído da Cidade de São Paulo. Seguiu-se um qualificado diálogo entre os participantes e os pesquisadores representantes do IPT. Conselheira Jupira Cauhy agradece a contribuição dos representantes do IPT e de todas e todos com o debate, e divulgará oportunamente uma reunião do GT Mapeamento de Ruído do CADES Lapa, para dar prosseguimento às contribuições apresentadas.

3 – Apresentação e deliberação sobre o **Projeto Piloto de Enriquecimento Ambiental da Praça Lola Brah**, localizada na Avenida Paulo VI com Rua Petrópolis, distrito Perdizes, apresentado como projeto participativo de arborização em SVMA, de acordo com o previsto pela Portaria 124/SVMA/2024;



Conselheira Helena Magozo relata que em 2024, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, publicou a portaria 124/SVMA/2024, abrindo possibilidade para a gestão participativa de arborização, e um edital de chamamento para municípios e organizações interessadas se inscreverem, com posterior avaliação da SVMA e publicação no Diário Oficial da Cidade do resultado do chamamento, sendo que os CADES Regionais recebem as propostas e verificam com a Subprefeitura se não há outro projeto para a mesma área. Informa que em maio de 2025, SVMA recebeu de um município cadastrado no programa, e enviou ao CADES Lapa, a proposta de criação de uma “floresta de bolso” na praça Lolah Brah, localizada na região do Córrego Sumaré, em Perdizes, e, após consulta, a Subprefeitura Lapa informou que não há outra intervenção prevista para o mesmo local. Acrescenta que os próximos passos será informar a SVMA, que irá abrir um processo SEI para avaliação da proposta pelos setores municipais relacionados ao projeto. Conselheira Olivia Gurjão comentou que considerou a proposta de floresta de bolso interessante para ser implantada em outros locais.

A reunião terminou às 21h.